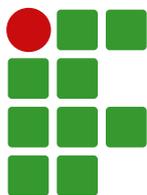
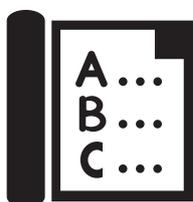




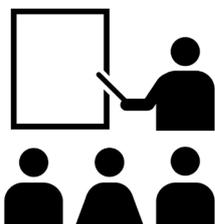
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
Concurso Público para Provimento de Cargos de
Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPI
Comissão de Seleção de Pessoal - CSEP
EDITAL Nº 80/2016, DE 30 DE AGOSTO DE 2016



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí



**CADERNO DE
PROVA ESCRITA**



**CARGO:
PROFESSOR
DIREITO**

CAMPUS:

20. OEIRAS

Concurso Público

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- 1) Após se identificar e entrar na sala de prova, o candidato não poderá mais dela se retirar, a não ser após 01 (uma) hora do início da prova e devidamente acompanhado de um fiscal. Ressalvando-se a situação prevista no Edital 80/2016 IFPI.
- 2) Esta **Prova Escrita terá tempo de duração de 5 (cinco) horas, com início após a informação do tema da prova discursiva aos candidatos.**
- 3) O **sorteio do tema da prova discursiva** será realizado em uma das salas com a presença de dois candidatos e um fiscal das demais salas, sendo o tema desta prova um dos 10 (dez) apresentados no conteúdo programático de conhecimentos específicos por curso/disciplina.
- 4) Cada candidato receberá: 01 (um) CADERNO DE PROVAS CONTENDO A PROVA OBJETIVA, A FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA OBJETIVA (cartão gabarito), FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA e FOLHAS DE RASCUNHO PARA PROVA DISCURSIVA.
- 5) **O candidato deverá verificar se o material supracitado está completo**, se tem falhas de impressão ou grampeamento. Se ocorrer qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição. **Feitas as verificações necessárias** e o comunicado para iniciar as avaliações, **não poderá mais haver substituição de nenhum material que foi entregue.**
- 6) É facultado o uso das folhas destinadas para rascunho, as quais não valerão para finalidade de avaliação.
- 7) A prova discursiva **deverá ter no mínimo 60 (sessenta) linhas e, no máximo, 120 (cento e vinte) linhas.**
- 8) A Prova Escrita deverá, obrigatoriamente, ser realizada com caneta esferográfica, de material transparente, com ponta grossa, na cor azul ou preta.
- 9) Ao término da prova escrita, o candidato deverá entregar todo o material recebido e especificado no item 4. Não será permitido ao candidato levar nenhum material.
- 10) Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.

Nome do candidato: _____

Nº de inscrição: _____

01. Com relação à administração pública (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), analise as assertivas a seguir, assinalando (V), para a(s) VERDADEIRA(S), e (F), para a(s) FALSA(S).

() São formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução.

() O servidor estável só perderá o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

() Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, e, sobretudo, mental, verificada em inspeção médica.

() É de vinte dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

() O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, quinze e, no máximo, trinta e um dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

Assinale a sequência CORRETA é:

- a) V, V, F, V, F
- b) F, F, V, F, F
- c) V, V, F, F, V
- d) V, F, V, F, F
- e) V, F, F, F, F

02. Os Institutos Federais (IF's) são instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, Pluricurriculares e Multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº 11.892/08 e suas alterações. Desta forma, sobre os IF's é CORRETO afirmar:

a) Sobre a avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os IF's poderão ser equiparados às Universidades Federais.

b) Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do IF poderá, sem anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido.

c) É objetivo dos IF's ministrar em nível de educação superior: cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, com possibilidades de pós-doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

d) É objetivo dos IF's ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, excepcionalmente, nos níveis de escolaridade, nas áreas da educação tecnológica.

e) Os IF's terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

03. Julgue as assertivas e assinale a alternativa CORRETA, considerando o instituído pela Lei nº 11.892/08 e suas alterações:

I - Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram. Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, mesmo aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria. A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção.

II - Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído: pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente; pelos bens e direitos que vier a adquirir; pelas doações ou legados que receber; e por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

III - O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos. Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal poderão exercer, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

IV - Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações: preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal; possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; e, sobretudo, ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

V - Observadas as finalidades e características definidas no Art. 6º da Lei 11.892/08 e suas alterações, são objetivos dos Institutos Federais: ministrar educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; ministrar, prioritariamente, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; ofertar cursos de licenciatura, sobretudo, ciência e matemática, bem como programas especiais de formação pedagógica; e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, podendo ainda oferta pós-doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas IV e V estão corretas.
- e) I, II, III, IV e V estão corretas.

04. A Lei nº 8.112/90 e suas alterações institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Para os efeitos dessa lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. A partir dessa premissa, analise as assertivas abaixo e assinale qual alternativa está CORRETA:

- a) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- b) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar exclusivamente, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

- c) O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, quinze e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- d) O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, no entanto, sem as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- e) Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial, caso em situações atípicas, poderão ter substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

05. Analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA, considerando, o instituído pela Lei nº 11.892/08 e suas alterações sobre a Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

- a) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.
- b) A posse ocorrerá no prazo de trinta e cinco dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) É de vinte dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- d) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- e) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial atendendo aos princípios da reversão e ascensão.

06. Tendo como base a Lei nº 9.394, assinale a alternativa que se constitui como um princípio ou fim da Educação Nacional:

- a) Atendimento individualizado e diferencial, respeitando as particularidades de acesso e permanência na escola.
- b) Liberdade de ensinar, sem formação específica, desde que seja priorizado as condições sociais e econômicas.
- c) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- d) Respeito à liberdade de expressão, existindo uma limitação para determinados grupos sociais.
- e) Existência somente de instituições públicas de ensino.

07. Com relação a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, analise as assertivas abaixo :

I - A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

II - A educação básica poderá organizar-se somente em séries anuais, com base na idade, sem haver abertura para qualquer outra forma de organização.

III - Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

IV - Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) I, III e IV estão corretas.
- d) Somente a I está correta.
- e) Somente a II está correta.

08. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA, considerando o instituído pela Lei nº 11.892/08 e suas alterações:

- a) São objetivos dos Institutos Federais: ofertar cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, estágio pós-doutoral, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica; cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e para a Educação Básica.
- b) Os Institutos Federais têm por finalidades e características: qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, engenharia e matemática nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, subsidiadas em parcerias públicas e privadas.
- c) Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, a não ser nos casos e condições permitidos em lei. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído: pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente; pelos bens e direitos que vier a adquirir; pelas doações ou

legados que receber; e por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

d) A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

e) O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior. Os Institutos Federais terão como órgão consultivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. A reitoria, por sua vez, como órgão de administração central, deverá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, como aprovado pelo Ministério da Educação.

09. Analise as assertivas abaixo, considerando, o instituído pela Lei nº 11.892/08 e suas alterações:

I - O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter *pro tempore*, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 160 (cento e sessenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica e civil na construção dos referidos instrumentos.

II - Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, inseridos no reordenamento de que trata o Art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior multicurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

III - Poderão ser nomeados Pró-Reitores, os servidores ocupantes de cargo efetivo da Carreira docente ou de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos Técnico-Administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

IV - No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do Art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender cursos de especialização, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional e tecnológica.

V - Constitui-se objetivo dos Institutos Federais: desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, pragmáticos, sintáticos e tecnológicos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas III está correta.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas
- d) Apenas IV e V estão corretas.
- e) I, II, III, IV e V estão corretas.

10. Em conformidade com o Art. 9º da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é incumbência da União entre outras:

I - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental nas séries iniciais, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

II - Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.

III - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando o cumprimento das diretrizes legais, as prioridades e a melhoria da qualidade das aprendizagens.

IV - Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em parceria com as Universidades, Institutos Federais de Ensino Superior e Órgãos de Pesquisa Científica do país.

V - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.

Diante das assertivas, devemos afirmar que a alternativa CORRETA é:

- a) Somente I, II e IV estão corretos.
- b) Somente IV e V estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Somente II e V estão corretos.
- e) I, II, III, IV e V estão corretos.

11. Assinale a alternativa CORRETA, considerando o pressuposto legal que complete a seguinte afirmativa: A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do Art. 36, Art. 40 e parágrafo único do Art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

a) Os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico e corpo docente.

b) As normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; as exigências de cada instituição de ensino; os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as ofertas dos cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica; e, nos termos de seu projeto pedagógico e corpo docente.

c) Os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

d) Nos termos de seu projeto pedagógico e corpo docente; os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as exigências de cada instituição de ensino; e as ofertas dos cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica.

e) As ofertas dos cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica; os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

12. Com relação ao Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, analise as assertivas a seguir, assinalando (V), para a(s) VERDADEIRA(S), e (F), para a(s) FALSA(S).

() A educação profissional observará a seguinte premissa: a indissociabilidade entre teoria e prática.

() As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

() Considera-se etapa com terminalidade a conclusão final de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

() Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

() Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do Art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva acadêmica que fará jus a certificados de formação inicial ou continuada.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, F, F, F, F
- b) F, F, V, F, F
- c) V, V, F, F, V
- d) V, F, V, F, F
- e) V, V, F, V, F

13. Considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, analise as assertivas abaixo:

I - Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, com especialização em educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº 11.892/08.

II - Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação.

III - Os Institutos Federais deverão ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e internacional.

IV - Os Institutos Federais têm por finalidades e características: constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

V - Os Institutos Federais terão autonomia para criar, todavia, não extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do MEC e, em última instância do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, V, V, F, V
- b) F, V, F, V, F
- c) F, V, F, F, V
- d) F, F, V, V, F
- e) V, V, F, F, V

14. Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), analise as assertivas abaixo:

I - A vacância do cargo público decorrerá de: exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável, falecimento.

II - É vetada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder, ou entre servidores dos três poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

III - Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor apenas as seguintes vantagens: indenizações, gratificações, diárias e ajuda de custo.

IV - Na redistribuição não se considera o preceito da compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

V - À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contado do óbito.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Não há assertivas corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) As assertivas II, III, IV e V estão corretas.

15. Analise as assertivas abaixo, em conformidade com as determinações do Art. 24 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e a seguir assinale (V) para a(s) VERDADEIRA(S) e (F) para as FALSA(S).

() A avaliação da aprendizagem deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais.

() A educação básica será organizada com a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

() Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em regimentos.

() O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

() Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, V, V, F, F
- b) V, V, V, V, V
- c) V, V, F, F, F
- d) F, V, V, V, F
- e) V, F, V, F, V

16. Sobre as incumbências dos estabelecimentos de ensino que estão descritas no Art. 12 da LDB (Lei nº 9.394/96), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação de alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.
- b) Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.
- c) Elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- d) Fazer uma articulação entre a sociedade, a escola e a justiça social.
- e) Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

17. Na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, inciso VII, parágrafo 1º, temos: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", isto significa que:

- a) É uma faculdade assegurada a qualquer pessoa ao querer realizar algo ou agir e reagir até onde seus direitos não atinjam o de outrem, sendo que, para tanto, a pessoa, caso disponibilize de condições financeiras, poderá pagar pelos serviços da justiça de responsabilidade do Ministério Público.
- b) Somente os professores, pais e alunos e os parentes laterais e colaterais poderão exigir do estado o direito à Educação.

c) Qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, pode acionar o Poder Público para exigí-lo.

d) Somente os cidadãos em processo de escolarização podem acionar o Poder Público para exigir o referido direito.

e) Todas as alternativas acima estão corretas.

18. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é considerada a nossa carta política maior, no que se relaciona aos nossos direitos e deveres. Em relação à educação, a referida lei traz um capítulo contendo os princípios legais de nossa educação. Sobre a CF/88, analise as assertivas abaixo em conformidade com suas determinações, em seguida, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sendo estes financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

b) As cotas estaduais e municipais da contribuição da arrecadação social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de escolas da educação básica nas perspectivas redes públicas de ensino.

c) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

d) A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

e) A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento do ensino obrigatório e dos processos de inclusão social, etnicorracial, de jovens, adultos e idosos (EJAI), educação indígena e quilombola e das pessoas com necessidades especiais, conforme asseguram os termos do Plano Nacional de Educação.

19. Leia as assertivas a seguir, e analise-as à luz do Estatuto do Instituto Federal do Piauí (IFPI):

I - Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

II - Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.

III - Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

IV - Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas e diversidades raciais.

V - Natureza pública objetiva e gratuita do ensino básico, sob a responsabilidade da União.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente I e III estão corretas.
- b) Somente I, II, IV e V estão corretas.
- c) Somente I, II e III estão corretas.
- d) Somente I, III e V estão corretas.
- e) Somente I, III, IV e V estão corretas.

20. Os itens que se seguem fazem referências às ações de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Sobre as referidas atividades com pesquisa no contexto do ensino no IFPI, assinale (V) para a(s) assertivas VERDADEIRA(S) e (F) para a(s) assertivas FALSA(S).

() As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

() As ações de pesquisa constituem um processo social e político para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas sociais e culturais, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento educacional.

() As atividades de pesquisa buscam como objetivo formar técnicos, tecnólogos e cientistas para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino, durante os estágios e posterior inserção dos novos profissionais no mercado de trabalho.

() As atividades de pesquisa buscam como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

() As atividades de pesquisa buscam, como objetivo, formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos para produção de tecnologias, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, ao longo de toda a formação profissional.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, V, V, F, F
- b) V, V, V, V, F
- c) V, V, F, F, F
- d) F, V, V, V, F
- e) V, F, F, V, F

21. Ana Maria foi contratada pela Empresa X, em julho de 2015, como recepcionista, pelo prazo de 02 (dois) anos. O contrato de trabalho firmado entre ambos contém cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, como previsto na CLT. Ocorre que, tendo em vista a crise econômica que abala o país, o dono da Empresa X planeja demitir Mariana em janeiro de 2017. Nesse caso, a Empresa X DEVERÁ pagar a Mariana:

- a) Indenização em valor correspondente à metade dos salários que a empregada teria direito até o término do contrato.
- b) Indenização em valor não superior à metade dos salários que a empregada teria direito até o término do contrato.

c) As verbas rescisórias correspondentes à demissão sem justa causa, tendo em vista que nesse caso devem ser aplicados os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

d) As verbas rescisórias correspondentes à demissão sem justa causa, tendo em vista que nesse caso devem ser aplicados os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, além de indenização em valor correspondente à metade dos salários que a empregada teria direito até o término do contrato.

e) As verbas rescisórias correspondentes à demissão com justa causa, tendo em vista a crise econômica do país e considerando que nesse caso devem ser aplicados os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

22. Com base no entendimento do TST, julgue as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I - A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas “in itinere”.

II - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas “in itinere” remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

III - Considera-se à disposição do empregador, na forma do Art. 4º da CLT, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

23. São princípios que norteiam a Seguridade Social no Brasil, EXCETO:

- a) Solidariedade.
- b) Irredutibilidade no valor dos benefícios.
- c) Universalidade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) Diversidade na base de financiamento.
- e) Equidade na forma de participação e custeio.

24. Julgue as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I - De acordo com o princípio da Seletividade na cobertura e no atendimento, os benefícios devem ser prestados em casos de real necessidade.

II - A Constituição Federal estabelece o caráter democrático e descentralizado da Administração de forma quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados, das empresas e de representantes do Governo.

III - A assistência social atende aos hipossuficientes, por meio da concessão de benefícios, independentemente de contribuição.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) I, II e III estão corretas
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

25. Recentemente, tramitou no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados), apelidada de PEC do teto dos gastos públicos. Essa PEC, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (CF/88), para instituir o Novo Regime Fiscal brasileiro, é uma manifestação do poder constituinte reformador no direito brasileiro, verificada, na prática, através das emendas constitucionais, conforme dispõem os Artigos 59, I, e 60 da CF/88. Contudo, como nos ensina Paulo Gustavo Gonet Branco, “sendo um poder instituído, o poder de reforma está sujeito a limitações [...]”. Sendo assim, analise as assertivas abaixo sobre os limites ou espécies de limitações ao poder de reforma previstos na CF/88:

I - A vedação de PEC que prevê a abolição da forma federativa de Estado e o voto direto, secreto, universal e periódico é uma espécie de limitação circunstancial ao poder constituinte reformador no direito pátrio.

II - A discussão e votação de uma PEC numa das casas do Congresso Nacional e a exigência de aprovação por dois terços dos votos dos respectivos membros da casa legislativa é uma espécie de limitação procedimental ao poder de reforma.

III - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Essas situações são consideradas limitações circunstanciais ao poder constituinte reformador no direito brasileiro.

IV - De acordo com o disposto na CF/88, as PECs tendentes a abolir a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais poderão ser objeto de deliberação, desde que a iniciativa seja do Presidente da República.

V - Como parte do processo legislativo brasileiro, o fato da CF/88 poder ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal apresenta-se com uma espécie de limitação material ao poder de reforma.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- b) Apenas a assertiva III é verdadeira.
- c) Apenas as assertivas III e V são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- e) Apenas as assertivas I, IV e V são verdadeiras.

26. No texto abaixo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso faz uma análise do sistema de controle judicial de constitucionalidade na Constituição de 1988, afirmando que:

“A principal inovação trazida pelo constituinte de 1988, que ampliou significativamente o exercício da jurisdição constitucional no Brasil, foi o fim do monopólio exercido pelo Procurador-Geral da República em relação à propositura da ação direta de inconstitucionalidade. Com a nova Carta, o controle de constitucionalidade por via principal passou a poder ser deflagrado por um extenso leque de legitimados. [...]”

“A Lei n. 9.869, de 10 de novembro de 1999, veio disciplinar o processo e julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, tanto da ação direta de inconstitucionalidade com da ação declaratória de constitucionalidade. E a Lei nº. 9.882, de 3 de dezembro de 1999, pretendeu regulamentar o processo e o julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 2º do Art. 102 da Constituição. [...]”

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. p.88-89.

A partir da leitura do texto apresentado, responda:

Em conformidade com o disposto na Constituição Federal de 1988, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, EXCETO:

- a) O Presidente da República; o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- b) A Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados.
- c) A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e seus Conselhos Seccionais; partido político com registro no Tribunal Superior Eleitoral.
- e) O Procurador-Geral da República; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

27. Leia o texto que se segue e responda sobre a classificação dos direitos fundamentais.

O termo “gerações de direitos” [fundamentais], [...] ainda que largamente utilizado, não é [...], contudo, um conceito aceito sem ressalvas. A mais importante delas é, sem dúvida, a que sustenta que a ideia de “gerações” de direitos poderia ser erroneamente compreendida com base no raciocínio de que uma geração supera a geração anterior. Esse não é o caso, pois, como se sabe, as gerações, a despeito de potenciais colisões, são complementares. Por isso, muitos autores preferem o termo “dimensões” dos direitos fundamentais.

SILVA, Virgílio Afonso da. A evolução dos direitos fundamentais. *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais* 6, 2005. p. 546.

A partir da ideia de gerações e/ou dimensões dos direitos fundamentais, associe a 2ª coluna de acordo com a 1ª.

1ª COLUNA

I - Refere-se à dimensão dos direitos ligados à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à comunicação, ao ambiente ecologicamente equilibrado e ao patrimônio comum da humanidade. Traduz-se no princípio da solidariedade ou fraternidade. Um exemplo dessa dimensão dos direitos fundamentais pode ser encontrado no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, relativo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

II - É a dimensão referente aos direitos sociais, econômicos e culturais, compreendendo condutas positivas ou ações por parte do Estado no sentido de que atue positivamente para efetivá-los. Na Constituição Federal de 1988, podem ser citados como exemplos o direito à educação, ao lazer, à saúde e à previdência social.

III - Somam-se às demais dimensões dos direitos fundamentais temas relacionados ao biodireito, tais como: células-tronco, clonagem, organismos geneticamente modificados, eugenia, criogenia, reprodução assistida e identidade sexual. Também chamados de direitos dos povos, são provenientes da última fase da estruturação do "Estado Social" (globalização do Estado Liberal), englobam o direito à democracia, à informação, ao pluralismo, do patrimônio genético, avanço tecnológico, entre outros.

IV - Nas revoluções liberais, ocorridas no final do século XVIII, a principal reivindicação da burguesia era a limitação dos poderes do Estado em prol do respeito às liberdades individuais. Nessa dimensão, os direitos fundamentais têm como titular o indivíduo e são oponíveis, sobretudo, ao Estado, impondo-lhe diretamente um dever de abstenção. Correspondem aos chamados direitos civis e políticos.

2ª COLUNA

- () Direitos fundamentais de primeira dimensão.
 () Direitos fundamentais de segunda dimensão.
 () Direitos fundamentais de terceira dimensão.
 () Direitos fundamentais de quarta dimensão.

Assinale a alternativa com a sequência CORRETA:

- a) I, II, III, IV.
 b) II, III, IV, I.
 c) III, II, I, IV.

- d) IV, II, I, III.
 e) IV, III, II, I.

28. Analise o julgado do Supremo Tribunal Federal (STF) e o caso hipotético que se segue:

Julgado:

“A imunidade parlamentar é uma proteção adicional ao direito fundamental de todas as pessoas a liberdade de expressão, previsto no Art. 5º, IV e IX, da CF/88. Assim, mesmo quando desbordem e se enquadrem em tipos penais, as palavras dos congressistas, desde que guardem alguma pertinência com suas funções parlamentares, estarão cobertas pela imunidade material do Art. 53, caput, da CF/88.” (STF. 1ª Turma. Inq. 4088/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 1º/12/2015).

Caso Hipotético:**Declarações de Senador em rede social whatsapp**

O Senador X, em visita ao seu Estado durante o recesso do Congresso Nacional, publicou, em 28 de julho de 2014, através da rede social whatsapp, as seguintes mensagens:

“O ex-presidente Y tem postura de bandido. Igual à época que instigava trabalhadores a protestar contra a ditadura militar e ia jantar na casa do delegado Z, grande defensor dos governos militares.”

“O ex-presidente Y é bandido fino! Ele foi pego desviando recursos públicos destinados ao setor de saúde e agora ameaça a estabilidade política do país, liderando manifestações e greves.”

“O ex-presidente Y em vez de incentivar badernas e ataques aos bancos, deveria ir depor na CPI da Saúde Pública e explicar os assaltos aos cofres públicos cometidos por ele e seu governo.”

Queixa-crime:

O ex-presidente, por intermédio dos seus advogados, ingressou, então, com queixa-crime contra o Senador, pedindo a sua condenação por crime de calúnia, injúria e difamação.

Defesa do Senador:

A defesa argumentou que o parlamentar não cometeu qualquer crime com seu comentário, considerando estar acobertado pela imunidade material prevista no Art. 53, caput, da CF/88.

A partir das informações apresentadas, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta sobre a imunidade material garantida pela CF/88 (Art. 53, caput) aos Deputados Federais e Senadores:

I - A imunidade constitucional garantida aos Deputados Federais e Senadores em razão de suas opiniões, palavras e votos, aplica-se aos atos praticados, ainda que exercidos fora do recinto da própria Casa legislativa.

II - Ofensas que sejam proferidas por parlamentares federais fora da circunscrição do Distrito Federal não gozam da imunidade material determinada pela CF/88.

III - A CF/88, dispondo sobre imunidade material, prevê que os Deputados Federais e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, inclusive quando estes forem exercidos fora do recinto do Congresso Nacional.

IV - A imunidade material prevista na CF/88 determina que Deputados Federais e Senadores sejam invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, salvo quando estes atos forem praticados durante o recesso do Congresso Nacional.

V - A imunidade material conferida pela CF/88 aos Deputados Federais e Senadores não é absoluta, pois somente se verifica nos casos em que a conduta possa ter alguma relação com exercício da mandato parlamentar durante a sessão legislativa.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas os itens I e III são corretos.
- b) Apenas os itens I e V são corretos.
- c) Apenas os itens II e IV são corretos.
- d) Apenas os itens I, III e V são corretos.
- e) Apenas os itens III, IV e V são corretos.

29. Leia atentamente o Art. 24, V, da lei que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93):

Art. 24. É dispensável a licitação:

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas; [...]

O comando normativo do Art. 24, V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, possibilita ao administrador contratar diretamente (dispensando o procedimento licitatório), quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. Portanto, se foi realizada a licitação e não compareceu licitante algum interessado, não havendo tempo hábil para repeti-la, é possível contratar diretamente. Sendo assim, a decisão pela contratação direta ou repetição do certame licitatório será do gestor público. Nesse caso, o ato administrativo é considerado:

- a) Vinculado, pois traduz o poder de escolha da Administração Pública dentre as soluções normativamente autorizadas.
- b) Ilícito administrativo, já que a lei tem como prever os atos e fatos que podem ocorrer no dia a dia da Administração Pública.
- c) Discricionário, pois consiste em tradução de opção do administrador dentre as soluções normativamente autorizadas.
- d) Autoexecutório, pois considera somente os aspectos legais em sua prática pela Administração Pública em detrimento da conveniência e da oportunidade.
- e) Imperativo, pois tem sua prática prevista em Decreto do Poder Executivo, demonstrando que a Administração Pública está sujeita ao princípio da legalidade.

30. Consideram-se servidores temporários todos aqueles contratados com base no Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, dispõe o texto da Carta Magna que: “A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” (Art. 37, IX, CF/88).

Considerando entendimento majoritário na doutrina moderna e em conformidade com o dispositivo constitucional acima transcrito, assinale a alternativa FALSA sobre os requisitos para a regular contratação de servidores temporários como servidores estatais:

- a) Prazo de duração do vínculo especial determinado por lei e definido no contrato: a lei específica deve regulamentar as contratações temporárias na esfera de cada ente federativo. O prazo de duração deve ser definido no contrato celebrado com o ente estatal.
- b) Prazos mínimo e máximo de contratação temporária: a lei que regulamenta a contratação de servidores no serviço público federal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público permite a contratação por um prazo mínimo de três anos, prorrogável por igual período.
- c) Serviço temporário definido por lei: a lei específica deve estabelecer os contornos e características do serviço temporário, os limites máximos de duração desses contratos, além de regulamentar o regime aplicado a estes servidores.
- d) Caráter de excepcionalidade da contratação: a contratação de serviços temporários não pode ser a regra de contratação do órgão ou entidade pública, sendo situação não ordinária.
- e) Contratação baseada no interesse público: o interesse público deve ser devidamente justificado pela autoridade responsável pela contratação dentro das hipóteses permitidas em lei.

31. O vínculo obrigacional tributário abstrai a vontade e até o conhecimento do obrigado: ainda que o devedor ignore ter nascido a obrigação tributária, esta o vincula e o submete ao cumprimento da prestação que corresponda ao seu objeto. Por isso, a obrigação tributária diz-se *ex lege*.

(AMARO, L. *Direito Tributário Brasileiro*, 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 240.)

A partir da leitura do texto apresentado e os conhecimentos sobre obrigação tributária, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I - A acessoriedade da obrigação dita acessória significa que a obrigação tributária assim qualificada dependa da existência de uma obrigação principal à qual necessariamente se subordine.

II - A obrigação acessória de “X” não supõe que “X” (ou “Y”) possua, necessariamente, alguma obrigação principal; basta a probabilidade de existir obrigação principal de “X” ou de “Y”, visto que as acessórias são instrumentais e só há obrigações instrumentais na medida da possibilidade de existência das obrigações para cuja fiscalização aquelas sirvam de instrumento.

III - O fato gerador do tributo é uma situação material descrita pelo legislador, gravitando em torno do núcleo ou materialidade uma série de circunstâncias necessárias para a identificação da obrigação tributária. Assim, a par do núcleo do fato gerador da obrigação de pagar tributo, temos de examinar o elemento subjetivo, que se desdobra no sujeito ativo e no sujeito passivo.

IV - A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

V - A lei jamais poderá atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, por ser de inteira responsabilidade do titular.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- c) Apenas II e III são verdadeiras.
- d) Apenas I e IV são falsas.
- e) Apenas IV e V são falsas.

32. INSTRUÇÃO: Especificamente acerca dos limites da atuação da Administração Tributária, confira-se, dentre outros, o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal (STF HC 82.788/RJ, DJU 02.06.2006) e responda a questão que segue:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - DEVER DE OBSERVÂNCIA, POR PARTE DE SEUS ÓRGÃOS E AGENTES, DOS LIMITES JURÍDICOS IMPOSTOS PELA CONSTITUIÇÃO E PELAS LEIS DA REPÚBLICA (...) ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - FISCALIZAÇÃO - PODERES - NECESSÁRIO RESPEITO AOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS DOS CONTRIBUINTES E DE TERCEIROS

- Não são absolutos os poderes de que se acham investidos os órgãos e agentes da administração tributária, pois o Estado, em tema de tributação, inclusive em matéria de fiscalização tributária, está sujeito à observância de um complexo de direitos e prerrogativas que assistem, constitucionalmente, aos contribuintes e aos cidadãos em geral. Na realidade, os poderes do Estado encontram, nos direitos e garantias individuais, limites intransponíveis, cujo desrespeito pode caracterizar ilícito constitucional. (...).

- Os procedimentos dos agentes da administração tributária que contrariem os postulados consagrados pela Constituição da República revelam-se inaceitáveis e não podem ser corroborados pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de inadmissível subversão dos postulados constitucionais que definem, de modo estrito, os limites - inultrapassáveis - que restringem os poderes do Estado em suas relações com os contribuintes e com terceiros.

A partir das informações apresentadas, julgue as assertivas abaixo:

I - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a efetiva contabilidade dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

II - É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação sobre parcelamento ou moratória obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

III - A dívida ativa tributária regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída, no entanto, goza de presunção relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca.

IV - O erro da data em que foi inscrita a dívida ativa tributária não é causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.

V - Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I e II são falsas.
- b) Apenas I, II e V são falsas.
- c) Apenas I, II e IV são falsas.
- d) Apenas I, II e III são falsas.
- e) Apenas I, III e V são verdadeiras.

33. Sobre os impostos instituídos pela Lei Federal nº 5.172/66, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

- b) O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza e tem como base de cálculo do imposto o valor fundiário.
- c) A incidência do imposto sobre a renda e proventos independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.
- d) Por ser uma espécie de tributo, as taxas podem ter base de cálculo idênticos aos que correspondem aos impostos e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- e) A determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona de situação do imóvel beneficiado é um dos requisitos a ser estabelecido pela lei relativa à contribuição de melhoria.

34. Sobre os impostos assinale (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO conforme o enunciado nos itens abaixo:

I - Compete aos Estados legislar sobre o imposto sobre a doação de dinheiro.

II - Compete os Estados a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.

III - O ITR, de competência da União, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização na zona urbana do Município.

IV - Para os efeitos do IPTU, não se considera a definição em lei municipal da zona urbana, visto não ter relação com os requisitos mínimo da existência de melhoramentos na região do imóvel.

V - A base de cálculo do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, F, F, F, V
 b) V, V, F, F, V
 c) V, F, F, F, F
 d) F, V, F, V, V
 e) F, F, F, F, V

35. Leia os textos abaixo e responda a questão:

Enunciado da Súmula Vinculante nº 29 do STF

“É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra”

Jurisprudência posterior ao Enunciado

“(…) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido da constitucionalidade da cobrança de taxa de coleta de lixo domiciliar, com base de cálculo atrelada à área do imóvel.” (RE 971511 AgR, Relator Ministro Edson Fachin, Primeira Turma, julgamento em 14.10.2016, DJe de 4.11.2016)

Com base no Enunciado e na recente jurisprudência, assinale a alternativa CORRETA julgando os itens a seguir:

I - As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

II - Os serviços públicos específicos são suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários, a exemplo da coleta de lixo domiciliar.

III - Os serviços públicos divisíveis são destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

IV - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis pode ser estabelecida utilizando a base de cálculo do IPTU, para determinar a alíquota da taxa de coleta de lixo domiciliar.

V - A taxa de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos é considerada constitucional, eis que se trata de serviço específico e divisível, mensurável ou suscetível de ser referido a determinado contribuinte.

- a) Apenas I e IV são verdadeiros.
- b) Apenas I e V são verdadeiros.
- c) Apenas I, IV e V são verdadeiros.
- d) Apenas I, III, IV e V são verdadeiros.
- e) Apenas II e III são verdadeiros.

36. Analise as informações abaixo sobre personalidade e direitos da personalidade:

Segundo os ensinamentos de Clóvis Beviláqua, “a ideia de personalidade está intimamente ligada à de pessoa, pois exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres.”

(BEVILÁQUA, C. *Teoria Geral de Direito Civil*. Tratado, I, 7. ed. São Paulo: Francisco Alves Editora, 1955, p. 29).

Conforme o Art. 1º da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, que institui o Código Civil: “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.”

(Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 17 dez. 2016).

Com base nos conhecimentos sobre as atuais regras da personalidade e da capacidade das pessoas naturais, estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro, assinale (V) para VERDADEIRO ou (F) para FALSO nas assertivas que se seguem:

() A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

() A capacidade dos indígenas, dos pródigos e dos que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, será regulada por legislação especial.

() Os menores de 16 anos e os que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

() Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, mediante sentença judicial, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis incompletos, ou pela aprovação em processo seletivo para ingresso em curso de ensino superior.

() Os maiores de 16 e menores de 18 anos, bem como os ébrios habituais, os viciados em tóxico, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer.

() A existência da pessoa natural termina com a morte, podendo esta ser presumida quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Assinale a alternativa com a sequência CORRETA:

- a) V, F, F, F, F, V
- b) V, F, V, F, F, V
- c) V, V, V, F, F, F
- d) F, V, F, F, F, V
- e) F, F, F, V, F, V

37. Analise os trechos abaixo:

“Na distribuição das categorias das pessoas jurídicas, devemos primeiro de tudo atender à divisão maior, que as separa em dois grupos: de direito público e as de direito privado (Código Civil, Art. 40).”

PEREIRA, Caio M. da S. *Instituições de Direito Civil. Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 264.

“As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.” (Código Civil brasileiro, Art. 40)

A partir da análise dos trechos apresentados, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA sobre a classificação das pessoas jurídicas, conforme prevista no Código Civil brasileiro.

I - Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público, são pessoas jurídicas de direito público externo.

II - As associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada, são pessoas jurídicas de direito privado.

III - São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.

IV - As associações privadas podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito público. Nesse caso, pessoas jurídicas de direito público interno, para a realização de objetivos de interesses comuns, firmam consórcios privados sob a forma de pessoa jurídica de direito público.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas os itens I e II são corretos.
- b) Apenas os itens I e III são corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III são corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV são corretos.
- e) Todos os itens são corretos.

38. Para responder à questão, leia o texto abaixo sobre vícios ou defeitos do negócio jurídico e analise o caso hipotético a seguir.

TEXTO:

“O estudo dos defeitos do negócio jurídico, vícios que maculam o ato celebrado, é de vital importância para a civilística nacional. Tais vícios atingem a sua vontade ou geram uma repercussão social, tornando o negócio passível de ação anulatória ou declaratória de nulidade pelo prejudicado ou interesse. São vícios da vontade ou do consentimento: o erro, o dolo, a coação, o estado de perigo e a lesão. [...] São vícios sociais a simulação e a fraude contra credores. [...]”

TARTUCE, F. *Manual de Direito Civil*. Volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. p. 222.

CASO HIPOTÉTICO:

O empresário Zenóbio, por ocasião de uma forte seca na região dos Cerrados piauienses, passou a vender água a preço 10 vezes acima ao que praticava anteriormente. Temendo perder toda a sua produção de arroz, o agricultor Cinobelino celebrou vultoso contrato, adquirindo grande quantidade de água pelo preço cobrado por Zenóbio.

Com base nos conhecimentos sobre vícios ou defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA sobre o caso hipotético apresentado.

- a) O negócio jurídico celebrado entre Zenóbio e Cinobelino é nulo, em razão de vício social denominado fraude contra credores, pois o agricultor assumiu obrigação excessivamente onerosa.
- b) O negócio jurídico celebrado entre Zenóbio e Cinobelino é nulo, em razão de vício denominado coação, pois houve ameaça do empresário para que o agricultor, contra sua vontade, realizasse negócio jurídico oneroso.
- c) O negócio jurídico celebrado entre Cinobelino e Zenóbio é totalmente válido, pois o agricultor celebrou o contrato por estar premido da necessidade de salvar a sua plantação e a si próprio (ou a pessoa de sua família), aceitando o ônus imposto pelo empresário.
- d) O negócio jurídico celebrado entre Cinobelino e Zenóbio é anulável, em razão de vício denominado lesão, pois o agricultor, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- e) O negócio jurídico celebrado entre Zenóbio e Cinobelino é anulável, em razão de vício denominado estado de perigo, pois a situação de perigo de perda da produção agrícola levou o agricultor a praticar o negócio jurídico em desvantagem em relação ao empresário.

39. Analise atentamente o caso hipotético abaixo.

Protásio, dirigindo seu veículo de luxo, atropelou o ciclista Mansueto, causando-lhe lesões corporais de natureza grave. Contudo, o motorista atropelador foi absolvido no juízo criminal por ausência de provas.

A partir da análise do caso hipotético apresentado e dos conhecimentos sobre responsabilidade civil e obrigação de indenizar, analise as assertivas abaixo:

Nos termos do Código Civil de 2002:

I - A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência de fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

II - Vigora o princípio da supremacia da responsabilidade criminal sobre a civil. Assim, enquanto o juízo criminal não decidir de forma definitiva a questão prevista no caso hipotético acima, o processo civil não poderá tramitar no juízo cível.

III - A responsabilidade civil depende da penal, pois a decisão deferitória de liminar no juízo criminal, em regra, vincula o juízo cível, tendo, portanto, o condão de impedir o prosseguimento da ação de reparação cível.

A partir da análise das assertivas apresentadas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- e) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

40. Analise, atentamente, as assertivas I a IV sobre características e exemplos dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

I - Conforme a característica denominada indisponibilidade, os direitos e garantias fundamentais não são absolutos, podendo haver uma colisão de direitos, em que o exercício de um implicará a invasão do âmbito de proteção do outro. Exemplo: o choque entre o direito de informação e o de privacidade.

II - A norma constitucional que afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição” (Art. 5º, I, CF/88), tem como fundamento básico o princípio do devido processo legal.

III - Os direitos e garantias fundamentais condizem com a ideia de que os mesmos podem ser acumulados. Exemplo: um jornalista que faz uma crítica e depois transmite a informação, estará exercendo os direitos de informação, opinião e comunicação.

IV - O dispositivo da Constituição Federal de 1988 que diz que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (Art. 5º, II, CF/88), tem como base o princípio da isonomia.

A partir da leitura das assertivas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e III são falsas.
- c) Apenas as assertivas II e III verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV são falsas.
- e) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

PROVA DISCURSIVA

Nº DE INSCRIÇÃO

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Nº DE INSCRIÇÃO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Nº DE INSCRIÇÃO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Nº DE INSCRIÇÃO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

EM BRANCO

SORTEIO DE TEMA

Nº DE INSCRIÇÃO

Marque o número do tema do conteúdo específico por Curso/Disciplina afixado no quadro pelo fiscal de sala.

- 1. Administração pública; Ato administrativo; licitação; contrato administrativo; bens públicos; serviços públicos e agentes públicos.
- 2. Teoria da Constituição: poder constituinte; controle de constitucionalidade.
- 3. Direitos e garantias fundamentais; organização do Estado e dos poderes.
- 4. Sistema Tributário Nacional. Tributos. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária.
- 5. Impostos federais, estaduais e municipais.
- 6. Contrato de trabalho e relação de emprego. Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Duração do trabalho. Repousos.
- 7. Remuneração e salário. Higiene e segurança no trabalho. Extinção do contrato de trabalho.
- 8. Princípios do Direito Previdenciário, benefícios, custeio.
- 9. Relação jurídica: conceito, características, classificação, elementos. Sujeitos de direito: pessoa natural e pessoa jurídica. Dos Direitos da Personalidade.
- 10. Fato jurídico. Negócios jurídicos. Atos ilícitos. Teoria Geral das Obrigações. Responsabilidade civil.